



A Crise de Credibilidade no Brasil e os Caminhos para 2026

Gaudêncio Torquato (*)

O Brasil fecha o ano de 2025 em sua pior posição histórica no Índice de Percepção da Corrupção, caindo para 107º entre 180 países, e abrindo as cortinas de 2026 sob uma teia de escândalos, tensões e controvérsias.

A lista é pródiga, destacando-se neste momento a perspectiva de Lula vetar a PEC da Dosimetria, pela qual Câmara e Senado chegaram a um bem-bolado casuístico para reduzir a pena de condenados pela tentativa de golpe de Estado, entre eles, Jair Bolsonaro, condenado a 27 anos e 3 meses por liderar a trama golpista.

Outro destaque negativo é o caso do Banco Master, que promete desencadear uma avalanche de denúncias sobre figuras da política e chegar ao coração do STF, por meio das notícias de suspeição de conflito de interesses e falta de transparência envolvendo os ministros Alexandre Moraes e Dias Toffoli e a instituição liquidada pelo Banco Central, em função de fraudes bilionárias.

A tensão atinge os três poderes da República – Executivo, Legislativo e Judiciário –, justamente no momento em que a credibilidade das instituições mostra-se essencial para o fortalecimento da Democracia, mediante as eleições gerais de 2026. Nem mesmo uma das marcas mais respeitadas do país, as Havaianas, conseguiu escapar do ambiente altamente conflitivo e polarizado, tornando-se alvo de uma onda de cancelamento após seu comercial de fim de ano com a atriz Fernanda Torres ser interpretado como crítica ao posicionamento político conservador.

Neste fechamento de 2025, as polêmicas mais comentadas na mídia e redes sociais abrangem, portanto, temas que vão das arenas política e institucional (mandatos cassados, debates legislativos), culturais e ideológicas (boicote de marcas, polarização) até problemas sociais mais amplos (violência contra mulheres, percepção pública de corrupção). Vamos a mais alguns deles.

Em 18 de dezembro de 2025, a Câmara dos Deputados cassou o mandato de Eduardo Bolsonaro (filho do ex-presidente) e de Alexandre Ramagem (ex-chefe da ABIN), por faltas e desobediência vinculadas a processos da Justiça relacionados à tentativa de golpe de 2023. Há ainda investigações sobre desvios e megafraudes em instituições brasileiras, inclusive com parlamentares propondo medidas que poderiam dificultar ações penais contra congressistas — como a malfadada "PEC da Blindagem", que acendeu alertas de especialistas contra a corrupção legalizada.

Em 2025 também houve ofensivas da Polícia Federal contra esquemas de benefícios do INSS, resultando na queda de chefes de órgãos e bloqueio de bens no valor de mais de R\$ 1 bilhão em ope-

rações relacionadas à corrupção administrativa. Outras notícias incluem casos de vereadores e agentes públicos denunciados por associação com facções criminosas ou por facilitar ilícitos em presídios.

Algumas perguntas teimam em mexer com a consciência dos mais indignados: pode-se, afinal, esperar por um processo de depuração da vida dos atores públicos? Pode-esperar que parlamentares e juízes passem a se guiar por um rígido controle ético?

A resposta, convenhamos, é complexa e, de pronto, esbarra na lição de Maquiavel: “Nada é mais difícil de executar, mais duvidoso de ter êxito ou mais perigoso de manejar do que dar início a uma nova ordem de coisas. Na verdade, o reformador tem inimigos em todos os que lucram com a velha ordem e apenas defensores tépidos nos que lucrariam com a nova ordem”.

Sejamos realistas. Há poucos reformadores nas instituições políticas e nas Cortes judiciárias. Entre os que apregoam mudanças, uns apontam para medidas pontuais e momentâneas, cujo escopo não abriga a matriz das mazelas, e outros há que nem sabem por onde se chega ao caminho das mudanças.

Sob esse feixe de hipóteses, três vertentes se apresentam como as mais prováveis na esfera das ocorrências futuras: a primeira é de que as crises serão ultrapassadas pelas próximas; a segunda, ancorada ainda na banalização, mostra o brasileiro cada vez mais impermeável à barbárie da política; e a terceira, regada a esperança, põe fé na crença de que uma flor pode nascer no pântano.

As duas primeiras vertentes são maléficas para o caráter nacional. Comparam-se à maldição de Sísifo. Condenado a carregar uma pedra sobre os ombros e depositá-la no cume da montanha, o matreiro rei de Corinto jamais iria conseguir o feito. O castigo que os deuses lhe deram no Hades, o mundo dos mortos, era recomeçar a tarefa todos os dias por toda a eternidade.

O brasileiro carrega algo de Sísifo: quando acredita que a situação começa a melhorar, tudo desanda e ele precisa recomeçar. Esse ciclo constante de expectativas frustradas endurece seus instintos e o torna indiferente até aos acontecimentos mais graves. É o peso psicológico que a crise impõe à alma nacional: da sensação de repetição infinita e da percepção de que a corrupção segue intacta, o brasileiro reforça sua descrença no sistema.

Precisamos, no entanto, criar condições para que se manifeste a terceira vertente, formando um pacto republicano que reacenda a esperança via o fortalecimento dos princípios constitucionais gerais (como soberania, cidadania, isonomia e pluralismo político, entre outros) e da moralidade pública (ética, transparência e legalidade), dirimindo tensões e favorecendo a democracia.

(*) Escritor, jornalista, professor titular da USP e consultor político.

Governo Trump proíbe o uso de drones importados

A Comissão Federal de Comunicações (FCC) do governo Trump acaba de anunciar a proibição da venda nos Estados Unidos de todos os modelos de drones fabricados no exterior, citando “preocupações com a segurança nacional”.

Vivaldo José Breternitz (*)

Justificando a medida, a FCC afirmou que “criminosos, atores estrangeiros hostis e terroristas” poderiam usar drones “para trazer novas e sérias ameaças ao nosso território”.

O presidente da FCC, Brendan Carr, disse que drones estrangeiros e componentes relacionados representam um risco inaceitável, e que a FCC trabalhará em estreita colaboração com fabricantes norte-americanos para impulsionar o desenvolvimento de drones americanos.

A decisão deve afetar diversas empresas, mas o impacto mais significativo recai sobre a fabricante chinesa DJI, líder global em vendas de drones e uma das marcas mais populares entre consumidores de todo o mundo, inclusive do Brasil, onde seu modelo DJI Neo é um dos mais vendidos.

A DJI criticou a medida, dizendo estar desapontada com a proibição; embora a empresa não tenha sido especificamente mencionada, fica claro que ela foi o principal alvo da FCC.

A empresa reiterou seu compromisso com o mercado norte-americano: “Como líder da indústria, a DJI sempre defendeu um mercado aberto e competitivo que beneficie



freeegooo_de_Pixabay_CANVA

consumidores e usuários comerciais nos EUA, e continuará a fazê-lo. Os produtos da DJI estão entre os mais seguros e confiáveis do setor, respaldados por anos de avaliações conduzidas por agências governamentais norte-americanas e entidades independentes”.

Ao longo de seus mandatos, Trump tem adotado uma postura dura contra empresas chinesas. Em junho, sua administração já havia estabelecido as bases para a nova proibição com uma ordem executiva que buscava estimular a produção de drones

nos EUA, protegendo a cadeia de suprimentos norte-americana contra “controle ou exploração estrangeira.

Segundo a FCC, cidadãos que já possuem drones estrangeiros poderão continuar a utilizá-los.

É mais uma batalha de uma guerra comercial que parece longe de terminar.

(*) Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, é professor, consultor e diretor do Fórum Brasileiro de Internet das Coisas – vjnit@gmail.com.

713 toneladas de resíduos recolhidos com o Projeto Lixo Eletrônico

O Instituto Nacional de Telecomunicações – Inatel, referência em tecnologia e inovação, reforça em 2025 seu protagonismo em sustentabilidade por meio do projeto “Lixo Eletrônico – Não descarte essa ideia”. A iniciativa, que completou 17 anos, já retirou mais de 713 toneladas de resíduos eletrônicos de situações de risco ao meio ambiente. Somente em 2025, o programa já contabiliza 48 toneladas recolhidas em 16 cidades, evidenciando o avanço constante das ações de conscientização e descarte adequado promovidas pelo Instituto.

Criado para minimizar os impactos do descarte incorreto de equipamentos de informática, pilhas, baterias, celulares, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, televisores e brinquedos eletrônicos, o projeto também atua diretamente na orientação da população. Para Débora Costanti Justino Ribeiro, coordenadora do Projeto Lixo Eletrônico, o impacto do programa extrapola os números. “A coleta é importante, mas nosso foco principal é a conscientização que deixamos em cada cidade. As pessoas precisam ter segurança sobre a destinação de tudo que entregam, somente dessa forma nada será descartado de maneira errada no meio ambiente”, afirma.

Após a triagem, os materiais coletados são destinados de acordo com o seu estado de conservação. Peças e componentes eletrônicos em boas condições são reaproveitados em atividades educacionais como oficinas. Parte dos equipamentos é doada para escolas, entidades sociais e projetos assistenciais e, por fim, os itens sem possibilidade de reutilização são encaminhados



hyume_CANVA

para empresas especializadas e certificadas no tratamento e reciclagem de resíduos eletrônicos, assegurando que todo o processo siga normas ambientais e garanta o descarte responsável.

Os resultados do projeto ganham ainda mais relevância diante do cenário atual. De acordo com a 4ª edição do Monitor Global de Lixo Eletrônico (GEM), o mundo gerou 62 milhões de toneladas de e-lixo em 2022 e apenas 22,3% foi reciclado. De acordo com esse mesmo levantamento da ONU, esse percentual pode cair para cerca de 20% até 2030, evidenciando o descompasso entre produção e reciclagem.

Histórico e impacto socioambiental

Desde 2008, o ‘Lixo Eletrônico - Não descarte essa ideia’ integra o programa cas@viva, também do Inatel, e reúne a comunidade acadêmica com a sociedade sul mineira, nas quais os membros buscam preservar o meio ambiente, com o descarte correto de resíduos eletrônicos. Nos últimos anos de campanha de conscientização, já foram arrecadadas cerca de 713 toneladas de sucatas tecnológicas, destinadas à reutilização, em oficinas da cas@viva, ou enviadas a empresas credenciadas pela Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais (FEAM).



News @ TI

ricardosouza@netjen.com.br

Novo agente de dados

A Firecrawl, startup especializada em estruturar dados e informações da internet para alimentar sistemas de inteligência artificial (IA), lançou o /agent, um novo agente autônomo para coleta de dados da web. A ferramenta permite que aplicações de IA busquem, naveguem e extraíam informações públicas, inclusive em sites com estruturas complexas, a partir de instruções em linguagem natural, sem a necessidade de scripts personalizados ou mapeamento manual de sites. O lançamento ocorre em um contexto em que empresas avançam no uso de aplicações baseadas em agentes de IA e passam a enfrentar desafios operacionais relacionados ao acesso a dados externos (https://www.firecrawl.dev/).

Nova fase regulatória da Anatel pode tirar do mercado provedores sem governança

A partir de 2026, o mercado de provedores de internet no Brasil deve passar pela maior mudança dos últimos anos. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) iniciou um processo de endurecimento das exigências que vai impactar diretamente quem poderá continuar operando. Uma das mudanças centrais é o fim da dispensa automática de outorga, uma regra que habilitava provedores com até 5 mil assinantes a operar sem a autorização formal da Anatel. Na prática, essa flexibilização permitia que muitas empresas funcionassem com menos requisitos regulatórios, mas agora todas precisarão solicitar a licença para continuar no mercado.